



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)**

**REQUERIMENTO N° \_\_\_\_\_, de 2024.**

**(Dep. )**

Apresentação: 30/04/2024 11:29:54.477 - CFT

REQ n.34/2024

*Requer a realização de Audiência Pública para debater o PLP 35/2024, que “Institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos - CeNA criada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023”.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 24, III, 255 e 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD)<sup>1</sup>, a realização de audiência pública para instituir o Projeto de Lei Complementar nº 35/2024, que institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos - CeNA criada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

<sup>1</sup> Art. 24. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Art. 258. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.



\* C D 2 4 4 0 2 1 8 5 4 8 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Desse modo, solicito assim, que sejam convidados os representantes dos grupos de estudo da coalizão das Frentes Parlamentares<sup>2</sup>, conforme abaixo:

- Anderson Trautman Cardoso;
- Charles Wiliam McNaughton;
- Claudia Horta Queiroz;
- Priscila Diniz;
- Ricardo Santin Leo Amaral;
- Sarina Sasaki Manata.

## JUSTIFICATIVA

<sup>2</sup> A coalizão das Frentes Parlamentares é composta por: Frente Mista Parlamentar do Empreendedorismo (FPE); Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Frente Mista Parlamentar da Fiscalização, Integridade e Transparência (FIT); Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMAQ); Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIN); Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional da Uva, Vinhos, Espumantes e Derivados; Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA); Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS); Frente Parlamentar do Etanol; Frente Parlamentar do Saneamento Básico (FPSB); Frente Parlamentar dos Materiais de Construção (FMC); Frente Parlamentar em Apoio a Petróleo, Gás e Energia (FREPEGEN); Frente Parlamentar em Defesa do Setor Coureiro-Calçadista; Frente Parlamentar Gestão de Resíduos e Economia Circular (FPRS); Frente Parlamentar Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (FPDUS); Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira; Frente Parlamentar Mista da Indústria (FPMI); Frente Parlamentar Mista da Saúde (FPSaúde); Frente Parlamentar Mista da Saúde Digital; Frente Parlamentar Mista de Inovação e Tecnologias em Saúde para Doenças Raras (iTec Raras); Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (FRENLOGI); Frente Parlamentar Mista pela inclusão e qualidade na educação particular (FPEduQ); Frente Parlamentar Mista pela Mulher Empreendedora (FPMEmp); Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo (FPBC); Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM); e Frente Parlamentar pelos Centros Urbanos (FPCeurb).





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como ferramenta essencial do debate com a sociedade, a audiência pública possui como objetivo discutir a instituição a Cesta Básica Nacional de Alimentos - CeNA criada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Nesse sentido, destaca-se que a realização de uma audiência pública permite que todos os interessados discutam a regulamentação da Cesta Básica Nacional de Alimentos – CeNA. Esta oportunidade é valiosa para ouvir os argumentos dos especialistas da área do Direito Tributário, representantes dos setores produtivos e a sociedade, de modo a buscar levar conhecimento aos parlamentares e promover um debate transparente e de qualidade.

Aqui estão alguns pontos adicionais que podem ser discutidos na audiência pública:

- A aplicação da redução de alíquota na comercialização e importação dos produtos de consumo.
- As alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS enquanto não forem instituídos o IBS e a CBS.
- A incidência do Imposto Seletivo sobre qualquer alimento descrito na norma em questão.

Neste sentido, frisa-se a importância da promoção de uma audiência pública acerca da matéria supracitada. Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de                    de                    de 2024.

**Deputado Federal**

